

**Assembléia Geral Estadual dos(as) Judiciários(as)
com um dia de paralisação
para este Cidadão e/ou Vocês Cidadanias**

Ao pessoalmente acompanhar a Ação Penal da Linha Amarela do Metrô(*) para Vocês Cidadanias este Cidadão obteve o seguinte panfleto, que diz para este Advogado não ir ao Fórum acompanhar processos na Justiça Estadual para Vocês Cidadanias no próximo dia 14 de abril, pois não serei atendido quer como Cidadão, quer como Advogado:

----- início da transcrição

**O JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO VAI PARAR!
CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Nós, Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vimos a público denunciar o descaso que temos sofrido nos últimos anos tanto pela direção do Tribunal quanto pelo Governo do Estado. O Tribunal não está cumprindo o que determina a Constituição Federal nem a lei por ele encaminhada à Assembléia Legislativa que determina a reposição anual da inflação na data base de 1º de março de 2009.

No Judiciário hoje, tramitam milhões de processos, as varas estão sobrecarregadas, os espaços de trabalho estão desaparelhados e faltam mais de 15.000 funcionários.

Essas péssimas condições de trabalho atingem diretamente a população que busca seus direitos na Justiça, como crianças, adolescentes, famílias, idosos e mulheres vítimas de violência, entre tantos outros fatores. O atendimento de uma criança vítima de violência pode chegar a seis meses para ser iniciado.

Há um jogo de empurra-empurra entre o presidente do Tribunal e o

governador Serra para liberar verba para reposição salarial. Enquanto isso, os servidores ficam à mercê dos empréstimos bancários: sem dinheiro para pagar as contas de aluguel, impostos, luz, água, telefone, plano médico, escola.

Assim como você cidadão, o servidor tem família e precisa receber de acordo com o trabalho que realiza.

O caminho do governo do Estado e do Poder Judiciário paulista é a terceirização com precarização dos serviços públicos, que todos pagamos através de altos impostos. Com isso, as nossas necessidades, sejam de educação, saúde, segurança pública, Justiça e habitação estão deixando de ser supridas e a população é quem perde e sofre.

E o governo tenta através da mídia colocar a culpa nos servidores como se fosse deles a responsabilidade pela ineficiência dos serviços prestados. O governo do Estado esconde-se atrás do argumento de que qualquer movimento de servidores públicos hoje tem um viés político partidário para atingir as intenções eleitorais.

Não se trata disso, mas, de busca de direitos e melhores condições de trabalho e salários.

Solicitamos a sua compreensão e o seu apoio a fim de conquistarmos melhores condições de trabalho e com isso oferecer a você serviços de qualidade.

Nossa data-base venceu em março de 2009, mas o presidente do Tribunal recusa-se a negociar com seus funcionários, não mostra como gasta o dinheiro da Justiça e mantém a 'caixa preta' a sete chaves.

São Paulo precisa de uma Justiça que enxergue os problemas de sua população, mas o governador Serra e o presidente do Tribunal preferem que ela continue cega!

14 DE ABRIL – QUARTA-FEIRA - 13 HORAS
PRAÇA JOÃO MENDES – SÃO PAULO

**CHEGA DE SILÊNCIO E OMISSÃO! NOSSA LUTA É POR
JUSTIÇA PARA TODOS!!!**

**ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL DOS JUDICIÁRIOS
COM UM DIA DE PARALISAÇÃO**

NESTE DIA, NÃO VÁ AO FÓRUM, VOCÊ NÃO SERÁ ATENDIDO!

COMISSÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE SERVIDORES DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO”

----- término da transcrição

Pois é Cidãnias, sem Poder Judiciário paulista funcionando nos termos da Constituição *Cidã* me sinto publicamente meio deprimido - um *inútil processual* - não um *substituto processual*... Vale lembrar aqui que o Egrégio CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA está, junto aos Egrégios Tribunais de Justiça desta República, colaborando no sentido de publicar na *Internet* os gastos do Poder Judiciário de cada Estado membro desta República, facilitando a vida deste Cidadão, das mídias, ONG's e de Vocês Cidãnias no trabalho de checar gastos, pleitear aumentos e melhores condições de trabalho, bem como corrigir eventuais desvios, pois à República interessa que muitos sejam os(as) defensores(as) da sua causa.

Mister também lembrar da Ação Popular (autos nº 2004.61.00.027344-8) da Greve do Judiciário Paulista, que este Cidadão fez sobre a Ação Civil Pública da OAB/SP (autos nº 2004.61.00021599-0) perante a 21ª Vara Cível da Seção Judiciária Federal desta Capital, como relevantes antecedentes históricos. Naquele sentido, uma nova Ação Popular pode ser elaborada por este *substituto processual* à luz desta sociológica e jurídica manifestação e nos termos do § 1º do artigo 2º do Estatuto da OAB, coloco-me à disposição das partes envolvidas para auxiliar como Cidadão na negociação de acordo extra e/ou judicial não só para esta ou aquela parte pública ou privada, mas também para Vocês Cidãnias, que pagam direta (tributos) e/ou indiretamente (serviços precários) a conta de *Todos(as)*.

Atenciosamente,

Carlos Perin Filho
OAB-SP 109.649

(*)

Segundo informação verbal obtida em 06.4.2010 no Cartório da Primeira Vara Criminal do Fórum Regional de Pinheiros os autos da Ação Penal referida foram encaminhados ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 30.3.2010 em atenção à ordem liminar em *Habeas Corpus*.

[Web link deste hipertexto: www.carlosperinfilho.net/2010/07042010.pdf]